



Ata da 8ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao 1º Período da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, realizada no dia 23 de março de 2021.

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, **sob a Presidência do Vereador Brás Zagotto**, realizou-se, com início às quatorze horas e cinco minutos, a Oitava Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo, referente ao Primeiro Período da Primeira Sessão Legislativa da Nona Legislatura. Conforme o registro de chamada, não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Evandro Miranda fez a leitura da passagem bíblica. / A seguir, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1413, 1414, 1415, 1489, 1503, 1506, 1507, 1509, 1510, 1511, 1514, 1515 e 1518/2021 – Adriano Pereira Verediano; 1483, 1498, 1540, 1541, 1542, 1586, 1587 e 1589/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 1405 e 1406/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 1397, 1398, 1399, 1442, 1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449, 1450 e 1451/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 1456, 1457, 1458, 1459, 1461, 1463, 1464 e 1465/2021 – Arildo Tomaz Bucker; 1400, 1401, 1402, 1403, 1404 e 1468/2021 – Brás Zagotto; 1419, 1420, 1421, 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1427, 1428, 1522, 1523 e 1524/2021 – Delandi Pereira Macedo; 1416, 1417 e 1418/2021 – Diogo Pereira Lube; 1390, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396, 1429, 1430, 1469, 1470, 1471, 1472, 1473 e 1488/2021 – Evandro Miranda; 1543, 1544, 1545, 1546 e 1547/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; 1431, 1432, 1433, 1490, 1491, 1492, 1493, 1494, 1495, 1496, 1497, 1499, 1500, 1502, 1504, 1505, 1508, 1512, 1513 e 1516/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 1528, 1529, 1530, 1531, 1532, 1533, 1534, 1535, 1536, 1537, 1538, 1539 e 1592/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra; 580 e 581/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 1466, 1467 e 1482/2021 – Paulo Grola; 1391, 1437, 1438, 1439, 1440 e 1441/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 1453, 1454, 1455, 1460, 1462, 1517, 1525 e 1526/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; 1501/2021 – Sandro Dellabella Ferreira e outros vereadores; 1383, 1384, 1385, 1386, 1387, 1388, 1389, 1434, 1435, 1436, 1474, 1475, 1476, 1527 e 1574/2021 – Sebastião Ary Corrêa; 1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1484, 1485, 1486, 1487, 1519, 1520 e 1521/2021 – Sílvio Coelho Neto. **Requerimentos:** *Pedidos de Informação:* 41 e 42/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 39/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 40/2021 – Sebastião Ary Corrêa; *Votos de Congratulação:* 60/2021 – Alexandre Valdo Maitan; *Votos de Pesar:* 23/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 20/2021 – Evandro Miranda; 22/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; *Requerimento Legislativo:* 05/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior e Sebastião Ary Corrêa. **Projetos de Decreto Legislativo:** 32 e 33/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 27, 28, 29, 30 e 31/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 42, 48 e 49/2021 – Diogo Pereira Lube; 21, 22, 23, 24 e 34/2021 – Evandro Miranda; 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 26/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 41, 43, 44, 45, 46 e 47/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra; 36, 37, 38 e 50/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 25, 39 e 40/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; 35/2021 – Sebastião Ary Corrêa. **Projetos de Lei:** 13/2021 – Alexandre Valdo Maitan e José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; 15/2021 – Evandro Miranda; 17/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior e todos os vereadores; 14/2021 – Sebastião Ary Corrêa; 18/2021 – Poder Executivo. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pede ao Vereador Juninho Corrêa que converse com os manifestantes que se encontram na porta da

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Câmara, visto que, de acordo com o decreto, eles não podem entrar no plenário. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Diz que já conversou com os líderes desse grupo e deixou claro que o PL é de interesse deles, mas que precisam colaborar e não podem invadir a sessão. Acrescenta que lhes pediu para dispersarem, informando-lhes que provavelmente o projeto será apreciado só depois das 19:00 horas e que não precisavam fazer nenhum tipo de pressão em cima do vereadores, porque todos querem ajudar a categoria. / Logo após, passou-se ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Evandro Miranda:** — Diz-se feliz por ver a união dos vereadores e por saber que todos estão comprometidos com o povo e, por isso, aceitaram o projeto do colega Juninho Corrêa. Ressalta que os vereadores, ao contrário do que muita gente pensa, não estão na Câmara para brincadeira e abraçaram essa causa, diante do decreto de quarentena publicado pelo governador. Agradece e parabeniza a todos os colegas. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Registra que o lockdown afeta todas as classes de trabalhadores e está quebrando o comércio; portanto, frisa que a Câmara tem que tomar uma posição. Destaca que esse projeto do colega Juninho está pedindo que seja considerado essencial qualquer tipo de trabalho em Cachoeiro, inclusive acha que essa é a coisa mais certa a se fazer, já que o Município não tem condições de bancar o povo em casa. Diz saber da gravidade do Covid, porque já foi contaminado pelo vírus, sendo preciso se atentar para a prevenção. Assim, informa que protocolou uma indicação, na qual solicita que seja feito um projeto dispondo sobre o tratamento precoce dessa doença. Comenta que há dez médicos que também pensam assim, já que isso pode ajudar a evitar mais mortes. Conta que há cinco cidades no interior de Minas Gerais, com menos de doze mil habitantes, que fizeram esse tratamento precoce, e nenhuma morte foi registrada lá, além de três no Rio Grande do Sul, com menos de quatorze mil habitantes, que também adotaram o tratamento e não tiveram nenhum caso dessa doença. Então, ressalta que a Prefeitura, através da Secretaria de Saúde, poderia fazer o tratamento precoce na população, porque é inadmissível ter que fechar escolas, bares e empresas que garantem o sustento das famílias. Deixa claro que essas pessoas não querem sequer 1 centavo da Prefeitura nem do Governo do Estado, apenas desejam trabalhar. Salienta que, a seu ver, o Governador Renato Casagrande está “metendo os pés pelas mãos”, pois as pessoas precisam trabalhar, claro, usando máscara, álcool e fazendo o distanciamento social. Acrescenta que é necessário também que haja uma escala de serviço para que não fique muita gente dentro do mesmo ambiente. Reflete que, se as pessoas não morrerem de Covid, vão morrer de fome, já que não podem trabalhar, e as contas não param de chegar. Reconhece que o prefeito tem que cumprir a ordem do Estado; do contrário, será cobrado pelo Ministério Público. Diz que deixou de ser fã do procurador do Município a partir do momento em que ele publicou que queria que o povo de Cachoeiro morresse; por isso, fez questão de assinar o requerimento com o Vereador Juninho para que esse cidadão compareça à Câmara. Enfatiza que está ao lado do povo. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Registra que não olha ideologia política, se é de partido de esquerda ou de direita, e sim o caráter da pessoa. Frisa que apoia o comércio do Município e não faz politicagem. Lembra que na Câmara não existe o “eu”, e sim o colegiado. Diz acreditar que o projeto será aprovado por unanimidade, porque todos estão vendo o sofrimento dos trabalhadores, que têm contas a pagar no final do mês. Salienta que, mesmo votando “sim” ao projeto, não pode dar certeza aos comerciantes de que tudo será resolvido, já que existem as instâncias. Inclusive informa que o presidente da República está tentando conseguir uma liminar no STF com relação à Bahia e ao Distrito Federal. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Comunica que acabou de sair a decisão do STF, do Ministro Marco Aurélio, barrando o pedido do Presidente Bolsonaro. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Conta que estava ansioso por esse resultado, já que ele poderia ser usado como jurisprudência, concedendo a liminar também em Cachoeiro. Deixa



claro que os vereadores estão fazendo a parte deles, mas não podem dizer que vão se sobressair às outras instâncias, pois, infelizmente, isso não é possível. Ressalta que o domínio dos vereadores é o Município, embora eles estejam tentando quebrar esse decreto do Estado, já que esperavam que os deputados estaduais fossem se posicionar. Já antecipa o seu voto a favor do projeto, apesar de saber que essa luta não será fácil. / **Adriano Pereira Verediano:** — Ressalta que o momento é delicado e de aflição, principalmente para os comerciantes, que estão com seus estabelecimentos fechados. Afirma que está com o povo, porque, além de ser vereador, tem uma academia e já foi prejudicado, inclusive diz que ainda paga as consequências, um empréstimo bancário, e, agora, veio a nova onda desse vírus. Registra que hoje, pela manhã, participou de uma reunião com alguns comerciantes, sendo-lhes dito que os vereadores assinaram o projeto apresentado pelo colega Júnior Corrêa. Diz saber que essa será uma luta contra gigantes, mas se declara a favor do povo, do pessoal da educação física e do esporte. Informa que esse projeto visa dar continuidade aos trabalhos da população. Concorda com o Vereador Allan de que há outras etapas, inclusive comenta que tinha esperança quanto à decisão do ministro, mas, infelizmente, mais um gigante se levantou. Menciona que a voz dos comerciantes tem um peso muito forte e espera que eles saibam usá-la. Salienta que os vereadores estão fazendo a parte que lhes cabe por reconhecer a dificuldade do momento. / **Sílvio Coelho Neto:** — Declara o seu apoio ao projeto de lei de autoria do Vereador Juninho Corrêa e a todos os comerciantes de Cachoeiro. Informa que também faz parte dessa categoria e sabe que todos vêm sofrendo as consequências pelo fato de uma parcela da população não se conscientizar e não atender aos apelos no que diz respeito à prevenção dessa doença. Segue lembrando que, há algumas semanas, protocolou na Câmara e na Secretaria de Interior mais de quarenta pedidos de patrolamento e ensaibramento para várias estradas do Município, principalmente da região de Conduru, Burarama e São Vicente. Então, registra que continua cobrando ao Secretário Alexandre Bastos que atenda tais pedidos, pois precisa dar uma resposta aos eleitores. / **Delandi Pereira Macedo:** — Comenta que este é um momento complexo em todo o mundo diante da pandemia avassaladora que está ceifando muitas vidas; portanto, frisa que todas as precauções e mecanismos são importantes para evitar a proliferação do vírus. Informa que recebeu mensagens de algumas mães preocupadas com os filhos que são soldados do Tiro de Guerra, porque, às vezes, os horários dos ônibus não são adequados para o retorno deles para suas casas, sem contar que são noventa alunos, sendo quarenta e cinco por dia, que se reúnem, havendo o perigo deles contraírem o vírus e levarem para suas famílias. Então, registra que indicou ao prefeito que tome certas iniciativas, como, por exemplo, a suspensão das atividades do Tiro de Guerra neste período de quarentena, já que ele é o diretor do TG de Cachoeiro, apesar desse ser um organismo ligado ao Exército Brasileiro. Diz que percebeu que alguns colegas fizeram as mesmas indicações que ele fez ao Executivo; assim, parabeniza a todos, porque alcançaram êxito em pelo menos duas delas, sendo uma a suspensão da cobrança do rotativo, já que isso não se justifica em plena quarentena e com o comércio fechado. Menciona que também encaminhou tal indicação, via WhatsApp, para o prefeito, perguntando-lhe se poderia suspender essa cobrança, ao que lhe foi respondido que isso seria analisado junto ao jurídico. Então, avisa que, a partir de hoje, a cobrança do rotativo está suspensa na cidade e continuará assim enquanto durar a quarentena. Destaca também o pedido de prorrogação do prazo para o pagamento de impostos do Município, como o IPTU, considerando que a Prefeitura não pode suspender essa cobrança, o que foi atendido pelo prefeito; então, comunica que o vencimento desse imposto começará a partir do mês de julho. Deixa claro que isso compete à Câmara solicitar, inclusive diz que ontem o prefeito encaminhou um projeto para a Casa. Portanto, solicita aos colegas que analisem essa matéria o mais rápido possível para que ela possa ser aprovada. Parabeniza os vereadores por

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



estarem sempre preocupados em apresentar soluções e propor medidas importantes ao Executivo, como essas neste momento de pandemia. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Lembra também que o prefeito prorrogou por noventa dias o prazo de todas as ações dos munícipes que estão em Dívida Ativa, as quais já foram julgadas. / **Delandi Pereira Macedo:** — Informa ainda que os alvarás que venceram de janeiro para cá também serão prorrogados. / **Paulo Grola:** — Diz que é do PSB, apoiou o prefeito de Cachoeiro e votou no governador, mas não concorda com o fechamento do comércio. Inclusive parabeniza o Vereador Juninho pelo projeto em favor dessa classe. Conta que, no domingo, deixou de vender quinhentos pães, porque o seu comércio teve que ficar fechado, e sabe que muitas pessoas precisam trabalhar para sustentar as suas famílias. Então, antecipa o seu voto favorável ao projeto para que o comércio possa reabrir as portas e as pessoas voltarem a trabalhar. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Fala sobre a execução do serviço de limpeza do córrego que corta os Bairros IBC, Monte Cristo, Caiçara, Boa Esperança, Waldir Furtado de Amorim, Doutor Luiz Tinoco da Fonseca e Coramara, seguindo seu curso até encontrar outro que sai do Bairro Valão. Portanto, diz que as secretarias estão trabalhando em meio à pandemia, razão pela qual elogia os Secretários Vander e Luana. Destaca que apresentou essa indicação e também pediu pessoalmente aos citados secretários que agilizassem o serviço, pois o mato estava tomando conta e o córrego assoreado. Informa que tal córrego recebe muita água, inclusive lembra que a Rua 1, no Bairro Doutor Luiz Tinoco da Fonseca, ficou alagada. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Pergunta se vão limpar as cabeceiras das manilhas e solicita ao vereador que peça à equipe que drene o córrego, já que, sem a saída de água, a região próxima ao Antônio Auto Peças e à Vecal fica alagada. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Menciona que, mesmo com a pandemia, a vida precisa continuar; então, reflete que o passo dado pelo Governo do Estado quanto às restrições sai um pouco do equilíbrio. Ressalta que o primeiro fator que ocasiona a paralisação de uma obra ou serviço é a falta de recurso. Portanto, lembra que esta pandemia não começou agora e que o Governo Federal enviou 16 bilhões de reais para o Estado; porém, só há cento e vinte e sete leitos de UTI no Sul do Espírito Santo para atender a mais de oitocentos mil habitantes. Diante disso, avalia que está faltando gestão. Diz que há pessoas que tomam certas decisões que atrapalham a vida da sociedade e não resolvem o problema. Sugere que a fiscalização seja mais otimizada, inclusive quanto às festas clandestinas, que são patrocinadas e vivenciadas por aqueles que estão no alto escalão, que pedem para as pessoas ficarem em casa, já que seus salários estão em dia e suas contas bancárias cheias. Frisa que a maioria da população precisa trabalhar hoje para comer amanhã. Afirma que dirá “sim” ao projeto, porque a Câmara é a Casa do Povo e é preciso defendê-lo. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Diz que entende o sufoco e o desespero dos comerciantes, que já sofreram no ano passado com a enchente e, logo depois, com a pandemia, sendo que muitos deles tiveram que fazer empréstimos, demitir funcionários e ainda ficaram com dívidas trabalhistas, não tendo se recuperado até hoje. Ressalta que acha essas medidas muito duras, pois não há nenhuma flexibilidade. Salaria que muitas pessoas dependem do trabalho no comércio e, por isso, entende perfeitamente a situação delas, assim como também a dos prefeitos. Concorda com as palavras do Vereador Marcelinho de que o Governo do Estado, no início da pandemia, adotou algumas medidas, mas, depois, não tomou novas iniciativas, parecendo até que não esperava que isso fosse acontecer, mesmo essa já sendo uma tragédia anunciada. Coloca-se à disposição dos comerciantes, pois sabe que a situação não está fácil. Comenta que essa doença é perigosa, inclusive conta que morreu um conterrâneo seu de Soturno hoje, o Valter Secchim, razão pela qual registra seus sentimentos a todos os familiares. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Também registra seus sentimentos à Rosa, esposa do Valter, e a toda a família Secchim. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Fala da necessidade de entender que os pequenos comércios não



geram aglomeração. Menciona que é triste ver que, neste momento de pandemia, há ônibus lotados, com uma pessoa colada na outra, e nenhuma providência é tomada. Então, pede que pelo menos nos horários de pico, ou seja, de 6:00 às 7:00 horas da manhã e das 17:00 às 18:00 horas, seja ofertado à população um maior número de coletivos. Solicita ao pessoal da AGERSA que estude uma medida para ofertar mais ônibus para os usuários do transporte coletivo, pelo menos neste momento de pandemia para evitar aglomerações. / **Aparteando Sandro Dellabella Ferreira:** — Diz que hoje pegou o ônibus do Bairro Rui Pinto Bandeira, e realmente o veículo estava lotado, com vinte e sete pessoas em pé. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Então, pede ao prefeito e ao responsável pela AGERSA que busquem uma maneira de resolver isso. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Avisa que cada vereador pode solicitar isso diretamente ao Vanderley, da AGERSA. Conta que, no sábado, uma servidora da Unimed lhe mandou uma foto, mostrando o ônibus com mais de vinte pessoas em pé, porque a empresa tinha tirado o veículo das 5:50 horas. Então, comenta que, imediatamente, passou uma mensagem para o Vanderley falando sobre isso e, ontem, a mesma servidora lhe informou que o diretor da AGERSA tinha entrado em contato com a Flecha Branca, e a empresa voltou com o ônibus no horário mais cedo. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Para complementar o discurso do Vereador Léo Cabeça, conta que, na semana passada, conversou com um amigo que trabalha na Viação Flecha Branca, o qual lhe disse que estava sem receber e que a empresa havia dado férias a diversos funcionários. Inclusive comunica que viu, agora, nas redes sociais que parece que vai haver greve dos funcionários da Viação Flecha Branca, o que trará mais um problema para a cidade. Informa que hoje esteve no Bairro Gilson Carone com o Secretário Desil, o Subsecretário Marquinhos Caburé e o presidente da associação de moradores de lá. Lembra que, bem antes da eleição, aquelas obras foram paralisadas. Ressalta que, em 2018 e 2019, elas estavam incluídas na verba de 55 milhões de reais. Registra que cobrou do secretário de Obras e também encaminhou um ofício ao prefeito, solicitando informações sobre essa situação. Salaria que o secretário foi muito atencioso e lhe disse que teria uma reunião hoje, à tarde, com o representante da empreiteira, que é a Construtora Três Marias, e que também já estava agendada uma reunião com o secretário de Fazenda, o Márcio Guedes, para buscarem uma solução com vistas a dar sequência àquelas obras. Diz que o secretário deu um prazo e, por isso, vai aguardar, mas, se nada acontecer, será preciso tomar outra providência. Agradece à SEMMAT, nas pessoas do Secretário Vander Maciel e do Subsecretário Joãozinho, pois, a pedido seu, está sendo feita a limpeza da região do Grande IBC, que engloba os Bairros IBC, Jardim América, Jardim Itapemirim, Alto Monte Cristo, Baixo Monte Cristo e São Lucas. Inclusive menciona que, na sexta-feira, umas das equipes terminou a limpeza de todo o Bairro IBC, capinando e juntando os entulhos, tendo ficado programado para esta semana outra equipe fazer a coleta. Comenta que os vereadores apoiam presidentes de associação de moradores, mas, na época de eleição, alguns deles se candidatam ou fazem campanha para outros candidatos, e o político que representa o bairro acaba ficando de lado e é até criticado por essas pessoas. Relata que, infelizmente, isso está acontecendo no Bairro IBC, com uma associação de moradores que não tem representatividade nenhuma, já que o CNPJ dela é inapto por falta de declaração da Receita Federal e também não possui inscrição municipal. Inclusive diz não saber como a FAMMOPOCI foi até lá fazer a eleição e bater o martelo afirmando que eles podiam tomar posse. Ressalta que essas pessoas estão dizendo que não há capina nem coleta no bairro só para criticar a Prefeitura e o vereador. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pede ao Vereador Paulinho que não fique triste com essas falas, pois as críticas vêm de pessoas que não votaram no colega. Conta que a Associação de Moradores do Bairro Vila Rica foi fundada em 1966 e tem até contador, estando toda certa perante o Município e os órgãos, mas, mesmo assim, há ainda quem diga que ela não vale nada. Lembra que, na última



eleição para vereador, havia uns vinte candidatos da Vila Rica disputando, mas essas pessoas votaram em concorrentes de fora do bairro. Ressalta que o povo sabe o quanto o Vereador Paulinho é importante para a região do IBC, basta ver que o colega foi reeleito. / **Diogo Pereira Lube:** — Parabeniza o colega Júnior Corrêa pela iniciativa de apresentar o Projeto de Lei 17/2021, com a coautoria de todos os vereadores, mas diz que esse é um debate que foge ao âmbito municipal, já que envolve um decreto estadual e uma legislação federal. Deixa claro que considera essencial toda atividade comercial, inclusive a dos educadores físicos; entretanto, avisa que o Tribunal de Justiça de São Paulo derrubou algumas leis municipais que tentavam fazer a flexibilização dos decretos, assim como ocorreu também no Espírito Santo, com o TJ derrubando algumas legislações nesse sentido nos Municípios de Guarapari, Linhares e Afonso Cláudio. Fala da importância da reativação das atividades comerciais no Município, mas lembra que o momento é catastrófico no mundo todo. Inclusive destaca que, para piorar a situação, os Municípios capixabas de Barra de São Francisco e Piúma estão como epicentros de uma nova cepa do Coronavírus que é muito mais agressiva e fatal, principalmente em jovens. Diz que é sabido que a população não tem respeitado os decretos nem o isolamento social e tem se aglomerado sim. Salaria que, em Cachoeiro, as pessoas têm participado de algumas manifestações e muitas delas não fazem uso de máscara nem respeitam o limite de espaço. Ressalta que muitas dessas manifestações têm sido feitas dentro da legalidade, mas outras estão abusando e usando até de certa violência. Informa que apresentou uma emenda aditiva ao projeto do colega Júnior, pois os vereadores não podem fugir aos decretos estaduais e à resolução federal. Inclusive comunica que o pedido do Presidente Jair Messias Bolsonaro para a flexibilização desses decretos estaduais acabou de ser rejeitado pelo Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal. Registra que entende que a Câmara de Cachoeiro está tentando mostrar para os comerciantes e para os educadores físicos que os vereadores estão ao lado deles e da sociedade; porém, frisa que o Poder Legislativo tem um limite legal, sendo-lhe permitido gerar o debate, a discussão. Reflete que não se pode jogar gasolina no fogo, é preciso ser bombeiro para apagar a fogueira, até porque o momento é de caos na saúde pública do País. Comenta que os vereadores podem aprovar esse projeto, mas ele será vetado depois; com isso, os edis ganham politicamente com os comerciantes, mas tais trabalhadores vão continuar sem o direito de abrir seus estabelecimentos. Portanto, enfatiza que Cachoeiro depende de legislações que são superiores às leis municipais. Deixa claro que isso vai além do debate de esquerda ou de direita, de ser oposição ou situação, pois o momento é de unir forças para que Cachoeiro caminhe com segurança. Lembra que a população precisa de vacinas, de leitos, de logística, de educação e de mais uma série de coisas. Elogia o Vereador Delandi pelo discurso e diz que, neste momento de crise, poderia haver a suspensão de algum tributo ou, talvez, até a isenção mensal durante a pandemia, já que isso os governantes podem fazer. Recorda que os Estados Unidos viveram o New Deal no anos 30, mas conseguiram reerguer a economia do País, fazendo seguro desemprego com qualidade, dando empréstimos a juros baixos e isentando a população de alguns impostos no período de crise. Diz que no Brasil há a Federação, o Estado e o Município e que o poder dos vereadores é fazer funcionar as leis dentro da legalidade. Registra a sua contribuição para que esse não seja um projeto político, e sim uma lei eficaz que não possa ser derrubada pelo TJ. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Parabeniza o Vereador Diogo pelo discurso. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Comenta que os últimos dias foram muito turbulentos para todos os vereadores, diante da quarentena, do lockdown decretado pelo governador, restringindo a liberdade da população. Conta que, na sexta-feira, conversou com os colegas Brás, Ely e Léo Camargo e, quando percebeu que havia um consenso, já que os vereadores não querem ver a população ser impedida de trabalhar, apresentou o projeto com a assinatura de todos. Frisa que as

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



peças não querem receber auxílio nem cesta básica e até agradecem o adiamento de data para pagar os impostos, mas, na verdade, o desejo delas é trabalhar para ter dinheiro e pagar suas contas. Diz entender que a contribuição do Vereador Diogo é para que não haja nenhum tipo de sanção nem que o projeto seja vetado. Avalia que o próprio decreto estadual vai contra a Constituição Federal e ao direito dos cidadãos trabalhar. Lembra que a Constituição deixa claro que qualquer direito só pode ser suprimido em caso de decreto de estado de sítio ou de defesa, e agora não é o caso de nenhum dos dois. Reconhece que é um estado de emergência por conta da pandemia, mas acha que isso não é aval para tirar as liberdades individuais e fundamentais das pessoas. Salienta que a única coisa que essa emergência garante ao Estado é ele criar alternativas para combater o vírus. Informa que o PL deixa bem claro que todo serviço é essencial e que não se pode impedir ninguém de trabalhar, desde que todas as atividades sigam as normas sanitárias, como o uso de máscara e de álcool em gel e o respeito ao limite de pessoas dentro dos estabelecimentos. Inclusive menciona que, em vez de encurtar o horário do comércio, ele deveria ser aumentado para não haver aglomeração. Enfatiza que isso sim pode ser feito via decreto. Registra que esse projeto não é dele, e sim da Câmara, pois todos os vereadores foram coautores. Acrescenta que tal matéria diz que Cachoeiro não quer decreto que vá contra a Constituição e tire a liberdade do povo de trabalhar. Concorde com o Vereador Diogo de que o momento é de união, inclusive diz que não fará crítica a ninguém do Poder Executivo, pelo contrário, pois sabe que o Prefeito Victor Coelho tem limitações e está numa condição difícil como chefe do Governo Municipal. Então, diz que o projeto está dando até uma garantia para o prefeito poder atuar em cima dessa normativa; por isso, pede aos vereadores que analisem com carinho a matéria. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Comunga do mesmo pensamento do Vereador Juninho e acha que o governador tem que rever essas restrições, pois não será com elas que ele vai conseguir solucionar o problema da pandemia. Avalia que, do jeito que está, se o povo não morrer de Covid, morrerá de fome. / Na sequência, teve início o **Grande Expediente**, quando usaram a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Evandro Miranda:** — Diz que andou pelo comércio de Cachoeiro para ver como funciona a fiscalização nos ambientes que estão abertos, como supermercados e outros. Conta que foi a um supermercado, onde há cerca de vinte caixas, mas somente quatro estavam funcionando; então, pergunta como o governador quer que não haja aglomeração. Indaga cadê a fiscalização, que tinha que ser maciça neste momento. Salienta que, em seu entendimento, o supermercado é o lugar onde há mais desse vírus, já que os funcionários não dão conta de limpar item por item toda vez que as pessoas mexem nos produtos. Assim, avalia que há uma falha muito grande quanto à fiscalização, e o Município precisa ficar atento a isso. Comenta que, durante a semana, ele e o Vereador Marcelinho visitaram uma academia e lhes foi mostrada a forma de higienização daquele ambiente, mas, dois dias depois, o proprietário lhe telefonou chorando, porque a fiscalização o obrigou a fechar o estabelecimento, o que lhe causou um sentimento de desânimo e de impotência, já que não pode trabalhar. Registra que viu vários lugares superlotados, onde as regras de distanciamento não eram respeitadas, assim como também viu que há grupos de WhatsApp querendo se informar sobre a fiscalização, pois, se ela estiver por perto, eles fecham o local, o que considera uma falta de bom senso, já que não estão respeitando o decreto. Pergunta até que ponto as pessoas estão respeitando as regras e querendo o bem comum, a defesa um do outro, pois a verdade é que o vírus existe e está matando muita gente. Reflete que faltou gestão, já que Cachoeiro perdeu alguns leitos, os quais, agora, estão sendo reabertos novamente. Diz que perdeu familiares e amigos para essa doença. Frisa que os vereadores entendem os comerciantes e estão juntos nessa causa, pois querem a felicidade e o crescimento de toda a população; assim, pede o apoio dos colegas para esse PL e também para o que trata dos educadores físicos. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Diz que conversou com cerca de



dez médicos, os quais têm interesse que Cachoeiro faça um programa de tratamento precoce, pois, se isso não funcionar, também não vai matar ninguém. Repete que viu, nas redes sociais, que cinco cidades de Minas Gerais e três do Rio Grande do Sul fizeram o tratamento precoce e lá ninguém teve essa doença. Informa que ontem esteve no Bairro Village da Luz e viu uma quadra de grama sintética e um parquinho abandonados, sendo que ao lado há uma supercreche, que também está cheia de mato. Inclusive avisa que tirou fotos e filmou o local para mostrar aos secretários de Limpeza Urbana e de Obras e também ao prefeito para que sejam tomadas as providências, porque é preciso preservar o que já está pronto na cidade. Diz-se preocupado com as obras que foram iniciadas, mas não concluídas. Comenta que Cachoeiro está sendo a capital das obras abandonadas. Registra que solicitou, em caráter de urgência, que o secretário de Saúde disponibilize em Cachoeiro esse tratamento profilático que tem surtido efeito em outras cidades. Inclusive conta que, há pouco tempo, viu o Dr. Roberto Bastos falando sobre esse tratamento e até brigando com o padre que atuava na Santa Casa. Reconhece que o prefeito está numa situação delicada, pois não pode passar por cima do decreto do governador, mas afirma que a Câmara está ao lado dele para o que der e vier para que o povo possa trabalhar, já que as contas estão chegando e há pessoas passando necessidade. Ressalta que é preciso tratar essa doença com respeito, mas Cachoeiro tem que dar condições à população de poder trabalhar para levar o sustento para suas casas. Lembra que há muita gente desempregada em Cachoeiro, e ainda não foi feito nada para reverter esse quadro; pelo contrário, já que os políticos estão de mãos amarradas. Frisa que não gostaria de estar no lugar do prefeito, já que, há pouco tempo, o Município sofreu por conta da enchente e, logo depois, veio a pandemia, havendo, agora, um decreto do governador que impede as pessoas de trabalharem. Destaca que saiu uma matéria no jornal, dizendo que ele e os Vereadores Juninho e Léo Camargo estão fazendo política em cima dessa situação. Deixa claro que está apenas dando as mãos a essas pessoas que realmente querem trabalhar para garantir o sustento de suas famílias. Pergunta por que a população de algumas cidades de Minas Gerais não teve Covid-19 e ele mesmo responde que é devido ao tratamento precoce. Avalia que, enquanto o governador tiver em queda de braço com o presidente da República, o povo vai pagar esse preço alto. Salienta que o governador não quer deixar fazer a prevenção porque tem interesse político. Registra também que o presidente manda dinheiro para o Estado abrir hospitais de campanha, mas isso não é feito, sem contar que nos postos médicos não há remédios. Menciona que o presidente disse que mandou muito dinheiro para o Estado; então, pede ao governador que mostre onde esse recurso público foi gasto. Indaga cadê o hospital de campanha. Ressalta que o povo precisa saber que o presidente da República tem mandado dinheiro sim para os governadores, mas a verba sumiu, como num passe de mágica, já que não há leitos, remédios nem respiradores para atender a população. Portanto, salienta que a Polícia Federal precisa entrar no circuito e procurar saber para onde foi esse dinheiro. Diz que este seu discurso terá uma repercussão ruim, basta ver que já saiu no jornal que ele e os Vereadores Juninho e Léo gravaram um áudio convidando o povo para uma manifestação. Deixa claro que o jornalista é mentiroso, pois não convidou ninguém para manifestação, apenas foi lá fora dar apoio a essas pessoas que merecem, pois estão reivindicando seu direito de trabalhar. Frisa que ninguém quer esmola de político nem cesta básica ou vale transporte, quer apenas trabalhar para sustentar suas famílias. Menciona que o Ministério Público também precisa dizer que o povo de Cachoeiro tem que trabalhar para não morrer de fome. Reflete que o povo brasileiro está vivendo como bandido, pois tem que trabalhar escondido com medo da polícia, o que considera uma vergonha nacional. / **Delandi Pereira Macedo:** — Diz que existe dúvida sobre quem é responsável pela gestão do Covid-19, se é o Governo Federal, o Estado, o Município ou o STF. Registra que o Presidente Bolsonaro entrou com um pedido de liminar para derrubar uma ação e,



assim, poder conduzir esse processo de pandemia. Salieta que hoje será discutido o projeto de lei apresentado pelo colega Juninho e, a princípio, os vereadores pensam em votar a favor para dar uma resposta aos comerciantes, mas sabem que o problema não será resolvido. Enfatiza que a solução para isso não está nas mãos dos vereadores, pois a Câmara não tem poder de solucionar o problema da pandemia. Repete que não cabe à Câmara de Vereadores resolver isso, e sim ao Poder Executivo. Pergunta cadê a manifestação dos deputados federais e dos senadores. Indaga também cadê a manifestação dos deputados estaduais, que poderiam cobrar uma decisão do Governo do Estado para dar resolutividade ao problema; porém, eles não aparecem, porque estão dormindo em berço esplêndido, enquanto que os vereadores têm que colocar a cara na reta e tentar arrumar uma solução com um projeto de lei que não dará em nada. Afirma que votará a favor do projeto em protesto a essa situação vergonhosa, porque ninguém resolve nada, enquanto o povo está morrendo. Deixa claro que o que está em jogo não é a idoneidade dos homens públicos, e sim a vida da população. Avalia que está faltando gestão no que diz respeito à pandemia, pois é preciso combater as aglomerações e impedir a disseminação desse vírus, agindo, por exemplo, na ampliação dos horários dos ônibus, em vez de diminuir as linhas. Salieta que também há aglomeração na porta dos bancos e em alguns estabelecimentos comerciais, como supermercados; diante disso, sugere que, como há dinheiro para combater a pandemia, sejam contratados agentes sociais para o Covid para que eles possam trabalhar na rua ou, então, que, durante a quarentena, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Guarda Municipal visitem os locais e peçam às pessoas que usem máscara e façam o distanciamento e, caso se recusem a cumprir essas determinações, que sejam multadas. Inclusive propõe que seja enviado um projeto para a Câmara dispor sobre multa para quem não quiser usar máscara nem obedecer aos critérios de isolamento social. Diz que realmente é dramático penalizar os comerciantes, visto que os pequenos comércios não causam aglomeração. Registra que é preciso fazer uma coordenação em todo o Brasil, com um sistema de atendimento que controle a entrada das pessoas, não havendo essa facilidade vista hoje, com aglomeração e transmissão desse vírus que está matando muita gente. Menciona que, segundo soube, o Posto Paulo Pereira está lotado de gente esperando atendimento, o que acha um péssimo negócio, já que essas pessoas têm pelo menos um sintoma de Covid e podem precisar de internação; porém, avisa que não há mais vagas hospitalares disponíveis. Frisa que não vê outro caminho, a não ser com a gestão da cidade fazendo com que a população entenda que o momento é de sacrifício até chegar vacina para todos. Comenta que o STF está tomando alguns posicionamentos, enquanto que o presidente da República quer agir, mas não pode em determinadas situações. Destaca que o Governo do Estado também quer agir e, com isso, desagrada a população, enquanto que o prefeito tem que atender ao chamamento do governador, e, assim, um vai colocando a culpa no outro e causando uma balbúrdia tremenda. / **Adriano Pereira Verediano:** — Conta que, assim como o Vereador Vandinho, também visitou estabelecimentos autorizados a funcionar e foi a um supermercado, onde viu uma fila gigante por falta de caixas para atendimento. Pergunta qual é a medida que está sendo tomada nesses locais, já que não adianta tapar o sol com a peneira. Indaga por que uns são penalizados e outros não. Enfatiza que apoia os comerciantes que estão sendo prejudicados. Frisa que não está vendo nenhuma medida ser tomada dentro dos supermercados, que são essenciais, assim como também são as lojas de roupas, de calçados e outras. Diz que os vereadores estão fazendo a parte que lhes cabe e precisam continuar nessa luta junto ao comércio, pois não podem virar as costas para os comerciantes. Segue registrando que gostaria de usar a tribuna da Câmara para também elogiar e parabenizar alguns secretários, mas, infelizmente, mesmo já tendo apresentado mais de oitenta e nove indicações, não teve o privilégio de ser atendido. Destaca que fez um pedido de capina de uma rua, mas o serviço ficou pela metade,

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



parando justamente em frente a sua casa, o que causou contenda, já que as pessoas disseram que a Prefeitura atendeu o vereador, e não toda a via. Enfatiza que está firme e que vai continuar lutando pela população. Agradece ao Dr. Bruno, da BRK, por sempre o atender com qualidade, e parabeniza todo o corpo de funcionários dessa empresa. Deixa claro que não é oposição a ninguém e que respeita o ponto de vista de todos. Comenta que foi tachado de tapador de buraco, porque passava todos os dias em cima de um e, como não resolviam o problema, colocou a mão na massa. Informa que o gabinete do Mestre Gelinho criou um canal de transparência, onde todas as ações são relatadas, e o povo está reconhecendo o seu esforço. Registra que, quando pede um serviço ou obra, não é para ele, e sim para a comunidade, pois o vereador é um agente público que ouve as demandas da população. Frisa que não vai deixar de lutar por sua comunidade e por todo o Município de Cachoeiro de Itapemirim, pois o povo necessita de mais atenção. Repete que gostaria muito de parabenizar alguns secretários por terem atendido a população. / **Brás Zagotto:** — Diz que a hora do Vereador Gelinho agradecer ainda vai chegar. Inclusive menciona que viu nas redes sociais o colega e o Vereador Sandro tapando buraco em uma rua do Bairro Nossa Senhora da Penha e até comentou que o Ministério Público iria lhes puxar a orelha e os notificar, podendo até dar cassação de mandato. / **Aparteando Adriano Pereira Verediano:** — Diz saber que vereador não pode fazer isso, mas, diante de tantas coisas, acaba correndo esse risco. / **Brás Zagotto:** — Salaria que o povo sabe do trabalho dos vereadores, inclusive pôde conferir que só hoje foram lidas na Câmara mais de quatrocentas indicações de obras e serviços para atender as comunidades. Considera uma grande falta de respeito do Poder Executivo, principalmente do pessoal do trânsito, ainda não ter resolvido o problema da rua em frente à Igreja São Francisco de Assis, onde várias carretas já tombaram. Informa que muitos vereadores já solicitaram providência quanto àquele trecho, cujo serviço acha que é fácil de ser feito. Registra que os vereadores mostram para os secretários onde estão os problemas e, mesmo assim, eles não atendem. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Diz que, há pouco tempo, fez uma indicação quanto àquele trecho, inclusive com um projeto do ex-vereador Wilson Dilem, pois a rua requer simplesmente um nivelamento, mas até hoje não foi atendido. / **Aparteando Ely Escarpini:** — Conta que já fez várias indicações para o Bairro Nova Brasília e até deu uma dica ao engenheiro para que não houvesse mais inundação naquela comunidade, mas a sua orientação não foi aceita. / **Brás Zagotto:** — Comenta que a rua da Igreja Deus é Amor até o Clube do Tiro, no Bairro Vila Rica, ficava com um metro de água quando chovia, e foi feita uma drenagem lá com manilha de um metro e meio que resolveu o problema. Lembra que o saudoso Solimar Assad, quando era secretário de Obras no governo de Ferraço, disse que iria fazer um projeto para resolver aquele problema, e realmente a obra foi feita até a Loja Sete Chaves. Informa que de 2005 a 2008 estava sem mandato, e o ex-prefeito Valadão o chamou para trabalhar, quando, juntamente com o Alcinélio e com a ajuda do Clemente Sartório, dos comerciantes do bairro e do Joelmo Pontes, conseguiu fazer a drenagem daquele ponto até em frente ao CIE. Portanto, registra que a Prefeitura pode resolver o problema do Bairro Nova Brasília e de outros pontos de Cachoeiro. Avisa que, se como presidente puder votar, dirá “sim” ao projeto do Vereador Vandinho, porque esporte é vida e é essencial, mesmo que o Ministério Público, depois, tente derrubar a lei. Inclusive ressalta que, se o prefeito vetar o projeto, os vereadores devem derrubar o veto. Diz que é muito difícil votar em projeto inconstitucional, mas é preciso ver que o povo está sofrendo. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Com relação aos projetos que serão discutidos e votados hoje, diz que todos os trabalhos são essenciais. Registra que recebeu reclamações sobre a forma abrupta com que a fiscalização tem chegado aos comércios, com várias viaturas das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Municipal, assustando as pessoas, e que essa abordagem deveria ser feita de forma mais razoável. Comenta



que os bancos e os ônibus estão lotados de pessoas. Relata que está sem carro, tem utilizado o transporte público e que, por duas vezes, o ônibus não parou para ele, porque estava lotado; inclusive diz que já passou essa situação para o Vanderley, da AGERSA. Reflete que, no momento, é preciso aumentar o número de ônibus circulando. Avalia também que, com o comércio não abrindo no domingo, no sábado, as lojas estão ficando lotadas. Menciona que, se tivesse sido feito um trabalho preventivo, informando à população sobre o uso da máscara, do álcool em gel e para evitar aglomerações, talvez, hoje, a situação pudesse ser diferente, não sendo necessária a fiscalização ostensiva. Volta a falar dos projetos que serão apreciados pelos vereadores e do seu desejo de que todos possam retornar ao trabalho. Inclusive lembra que o Presidente Brás disse que haverá uma briga jurídica com o Ministério Público, pois já está sendo questionado se a Câmara tem ou não o poder para fazer esses projetos. Deixa claro que essas propostas serão apreciadas sem politicagem por parte dos vereadores, que têm por objetivo buscar o bem da população. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Ressalta que o montante de dinheiro que veio do Governo Federal para o Estado do Espírito Santo, cerca de 16 bilhões de reais para combater a pandemia, foi suficiente para a construção de estruturas hospitalares bem mais amplas do que as oferecidas até agora para os doentes com Covid-19; porém, diz que falta gestão e boa vontade por parte dos governantes estaduais e municipais. Comenta que o Sul do Estado permanece com cento e vinte e sete leitos de UTI, mesmo diante do grande número de habitantes na região. Frisa que o Presidente Jair Messias Bolsonaro deve ser aplaudido, porque o Governo Federal enviou recursos abundantes para todos os Estados do Brasil. Analisa que, um ano depois do início da pandemia, período de grande sofrimento, não é aceitável fazer os comerciantes pararem de trabalhar. Fala da importância dos projetos dos Vereadores Evandro e Juninho que serão apreciados hoje na Câmara, pois os comerciantes grandes e pequenos precisam levar para casa o sustento de suas famílias. Segue mencionando uma matéria publicada que disse que os vereadores não estão se importando com os mais de trezentos mil mortos pelo Covid no Brasil. Deixa claro que isso é uma grande falácia e covardia, pois os vereadores perderam familiares, vítimas do Coronavírus. Inclusive registra os falecimentos, agora à tarde, da Rosana, que era pedagoga da creche do Bairro BNH, e do Valter Secchim. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Diz que foi surpreendido pelo jornal que publicou que ele e os Vereadores Juninho e Léo estavam comemorando a morte da pedagoga, quando, na verdade, não sabiam que essa moça havia falecido, inclusive registra votos de pesar à família dela. Pede que o jornalista se informe melhor quando for fazer uma acusação desse nível. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Afirma que essa foi uma fala covarde contra todos os vereadores, que são seres humanos e lamentam as mortes causadas pelo Covid-19. Alerta que muitas outras vítimas serão geradas devido à falta de equilíbrio entre a saúde pública e a economia. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Diz que, a seu ver, as pessoas que trabalham em serviços essenciais deveriam ser vacinadas. Menciona que leu uma matéria dizendo que todos os vereadores de Cachoeiro estão fazendo politicagem nesse período de quarentena imposta pelo Governo do Estado. Argumenta que, se os vereadores estão fazendo politicagem, o que dizer do governador que decretou a quarentena em um dia e, no outro, veio a Cachoeiro entregar cinquenta leitos de hospital. Questiona por que esses leitos não foram entregues antes, de forma preventiva. Avalia que essa atitude do governador coloca todos os políticos do Município, os vereadores e o prefeito, em situação complicada, porque estão sofrendo ataques por parte da população. Salienta que Cachoeiro precisa do governador, mas, na próxima eleição, as coisas podem ser diferentes de 2018, quando Casagrande ficou na frente do outro candidato ao Governo do Estado por poucos votos. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Com relação ao que foi citado pelo Vereador Allan sobre a fiscalização, diz que as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros



estão fazendo esse trabalho por determinação do governador, e não do prefeito. Menciona que o governador esteve em Cachoeiro para inaugurar os leitos de hospital e o SAMU, mas não convidou nem o presidente da Câmara para participar, o que demonstra que ele não tem nenhuma consideração pelos vereadores. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Deixa claro que isso mostra que a Câmara não está sendo valorizada. Ressalta que os vereadores, assim como o prefeito, estão levando pancadas e ficam de mãos atadas quanto às situações que vêm da parte do Governo do Estado. / **Aparteando José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Lembra que, desde o início do mandato, se declarou oposição ao Governo Municipal. Diante dos decretos do governador do Estado, diz que fica imaginando como está o Prefeito Victor, já que tem certeza de que o chefe do Executivo Municipal não quer ver o povo cachoeirense sofrer nos hospitais nem na fila da Secretaria de Desenvolvimento Social para pedir cesta básica para sobreviver. Salienta que o governador não tem consideração pela Câmara e só convidou os vereadores para a assinatura da ordem de serviço do DPJ, porque precisava de público para as fotos, o que não era necessário na entrega dos leitos de hospital. Fala do desrespeito do governador para com a população quando manda a PM e o Corpo de Bombeiros fecharem os comércios da cidade, tratando os comerciantes, que só querem trabalhar, como bandidos. Frisa que o governador está sendo muito “sacana” com a população do Estado. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Comenta a falta de respeito do governador para com a Câmara e também para com o prefeito. Menciona que Cachoeiro é referência em saúde para todo o Sul do Estado e imagina como está a cabeça do prefeito que tem que lidar com essa situação de pandemia. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Lembra que, no mandato passado, os vereadores lutaram para trazer o SAMU para Cachoeiro, mas nenhum colega foi convidado para conhecer as instalações onde tal serviço vai funcionar. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Registra a sua indignação por dizerem que os dezenove vereadores estão fazendo politicagem em cima dessa situação. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que o treinamento dos profissionais que vão trabalhar no SAMU foi feito em Mimoso do Sul, e não em Cachoeiro. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Agradece os apertes dos colegas vereadores. / A seguir, foi observado um minuto de silêncio pelos falecimentos, em decorrência do Covid-19, de Rosana Paraguassu e de Valter Secchim, a pedido do Vereador Leonardo Camargo. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Comunica que foi procurado por vários empresários que estão passando dificuldades devido ao decreto lançado pelo Governo do Estado. Deixa claro que não concorda com a diferenciação feita pelo Governo Estadual entre atividades essenciais e não essenciais. Lembra que esteve no PA Paulo Pereira e na UPA do Marbrasa, quando observou que os leitos estavam lotados e a situação era crítica. Frisa que as pessoas precisam continuar tendo cuidados como o uso de máscara, a higienização das mãos e evitar aglomerações, e não o governo fechar os comércios, visto que os comerciantes já estão com dificuldades para pagar suas contas e seus funcionários com as lojas abertas. Menciona que há pessoas dizendo que ele e os Vereadores Ary e Juninho estão fazendo politicagem em cima da situação do comércio fechado. Diz que, a seu ver, todos os serviços são essenciais, porque as pessoas trabalham para sustentar suas famílias. Fala da necessidade de aumentar as linhas de ônibus circulando, pois os profissionais da saúde, que trabalham no combate ao Covid, não têm transporte para voltar para casa quando encerram o expediente. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Avalia que são poucos horários de ônibus em Cachoeiro, porque só existe uma empresa de transporte, que monopoliza esse serviço há mais de cinquenta anos. Salienta que, se essa empresa não atende às necessidades de Cachoeiro, a Prefeitura deveria municipalizar o serviço. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Conta que presenciou a fiscalização pedindo a um rapaz, que vende salgado e caldo de cana em uma Kombi, para fechar o seu negócio. Solicita ao prefeito que essa situação seja revista, porque o povo não vai aguentar



isso. Analisa que o Renato Casagrande está sendo inconsequente com a população capixaba e sugere que, na próxima eleição, o povo do Espírito Santo não vote nele, porque, se o governador não consegue controlar essa situação, não controlará outras também. / **Diogo Pereira Lube:** — Comenta que essa é a pior crise na saúde pública brasileira desde que foi criada a Constituição Federal de 1988. Informa que, de acordo com a Associação de Médicos do Brasil, o País soma 25% das mortes mundiais por Covid-19 no período de 15 a 21/03/2021. Acrescenta que essa mesma associação deixou claro que medicamentos, como a Hidroxicloroquina, Cloroquina, Azitromicina, Ivermectina e outros, não possuem eficácia científica comprovada na prevenção ou nas fases inicial, avançada e final do Coronavírus e que a utilização desses fármacos deve ser banida do tratamento dessa doença. Ressalta que o Governo do Estado recebeu 16 bilhões de reais em 2020, mas não apenas para o tratamento do Covid, e sim para cuidar de diversas outras situações. Fala da importância de os governos suspenderem o pagamento de impostos e tributos por noventa dias e sugere que sejam realizadas ações pelas iniciativas pública e privada para minimizar os impactos da crise econômica e ajudar a população. Propõe ainda que seja feito um corte de 15% nos salários dos vereadores, do prefeito e dos secretários para a criação de um fundo para os pequenos e microempresários. Salienta que abriu um empreendimento, que envolve bar, barbearia e tatuagem na sexta-feira, e, na segunda, o fechou. Como comerciante, espera que os Governos Estadual e Federal criem aportes, isenções de impostos, créditos com juros mais baixos e ajudas assistenciais para os pequenos e microempresários pagarem seus funcionários. Chama a atenção para a máxima de que a culpa pela infecção é do vírus, mas a responsabilidade pela transmissão é das pessoas e da falta de gestão por parte dos governantes em nível federal, estadual e municipal. Registra que fez várias sugestões para o momento que Cachoeiro está vivendo, como a criação de um órgão municipal de combate ao Coronavírus, o rodízio de CPF's pares e ímpares para as pessoas fazerem compras no comércio com segurança e a capacitação, por parte do SEBRAE, das microempresas para a modalidade do comércio virtual. Afirma que existem estratégias e boas ideias para vencer esta crise. / Em seguida, passou-se ao **Horário das Lideranças.** / **Arildo Tomaz Bucker (PDT):** — Diz que assinou o projeto do colega Juninho, que é um ato político, e que votará a favor do mesmo, pois os vereadores precisam fazer alguma coisa diante do fechamento do comércio. Relata que a fiscalização do comércio é feita por várias viaturas das polícias e que fez uma indicação solicitando que a Polícia Militar faça patrulhas próximas à Santa Casa e ao Hospital Infantil na hora da troca do plantão dos funcionários, pois estão ocorrendo muitos assaltos. Concorde com a sugestão do colega Diogo a respeito do corte no salário dos vereadores para que seja repassado a um fundo para ajudar os pequenos e microempresários. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Pede que a Sessão seja suspensa para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação possa dar parecer aos dois projetos. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que vai suspender a Sessão assim que acabar o Horário das Lideranças. / **Alexandre Andreza Macedo (PSB e Executivo):** — Parabeniza os vereadores pelo empenho quanto ao projeto do colega Juninho, o que demonstra a força e união da Câmara. Comenta que todos os problemas de Cachoeiro de Itapemirim caem no colo dos vereadores. Registra que teve uma reunião com os comerciantes do Município e deixou claro que a Câmara sempre vai estar ao lado da população em todos os momentos. Apoiar o projeto do Vereador Evandro, que torna a academia um serviço essencial, já que, hoje, o sedentarismo mata mais do que o tabagismo. Defende que todo tipo de trabalho, que leva para as famílias o pão de cada dia, deve ser considerado essencial. Analisa que os vereadores devem votar o projeto para ajudar os comerciantes, mas também precisam cobrar responsabilidade da população que vai para a rua. Critica a quantidade de viaturas utilizadas na fiscalização dos estabelecimentos comerciais em Cachoeiro. Avalia que o decreto do Governo do Estado é muito pesado para um



momento complicado como o que está sendo vivido em todo o Brasil e que é inadmissível dizer que os vereadores estão fazendo politicagem em cima dessa situação. / **Aparteando José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Diz que o sentimento de todos os vereadores é o de que o Projeto de Lei 17/2021 seja uma esperança e tenha eficácia para os comerciantes, e não ser apenas uma matéria de jornal. Salienta que projetos parecidos com esse foram derrubados pelo TJ, mas a justificativa dessa matéria é garantir os direitos constitucionais da população. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Ressalta que a situação do prefeito é muito difícil, porque deve decidir se vai ou não abrir o comércio e cuidar ainda das questões relacionadas à saúde, que envolve mais de duzentas mil pessoas. Deixa claro que a Câmara Municipal vai ter que se posicionar e ajudar a administração municipal a tomar uma decisão, já que as restrições impostas pelo Governo do Estado são muito pesadas. Menciona que não há nenhuma recomendação do Governo Municipal para que os vereadores votem contra os projetos dos colegas Evandro e Juninho. Afirma que os vereadores devem votar e ajudar os comerciantes de uma forma geral. / **Sebastião Ary Corrêa (Patriota):** — Reclama a respeito de dois jornalistas que o teriam acusado de promover manifestação em frente à Câmara. Esclarece que não fez isso, mas apoia tal manifestação. Solicita ao Presidente Brás que peça ao setor de comunicação da Câmara para dar uma resposta a esses dois jornalistas, os quais considera covardes, nefastos e sorrateiros. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do Vereador Ary. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Avalia que povo trabalhador é que está sofrendo diante do decreto imposto pelo Governo do Estado, que está retirando o direito de ir e vir das pessoas, o que é assegurado pela Constituição Federal. Salienta que o vereador tem o direito de falar o que pensa, já que é protegido por lei. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Suspende a Sessão pelo tempo de dez minutos para a Comissão de Constituição dar parecer aos projetos. / Reaberta às 19:00 horas, passou-se à **Ordem do Dia.** / **Diogo Pereira Lube, levantando questão de ordem:** — Solicita que os requerimentos e os projetos de decreto legislativo sejam apreciados em bloco. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do vereador. / Logo após, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias:** **Requerimentos:** *Pedidos de Informação:* **41/2021 – Alexandre Valdo Maitan** (Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, que preste esclarecimentos quanto a falta do medicamento Risperidona na Farmácia Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES. Segundo relatos de usuários da Farmácia Municipal, o medicamento Risperidona está em falta desde o mês de dezembro de 2020. Sendo assim, mediante o exposto, requer sejam prestadas as seguintes informações: 1 – Queira a Secretária Municipal de Saúde informar o motivo que culminou na falta do medicamento Risperidona, distribuído na Farmácia Municipal. 2 – Quais providências foram adotadas pelo Município para a reposição do medicamento? 3 – Queira informar se existe processo licitatório em andamento, ou encerrado, para a compra desse medicamento. 4 – Em caso positivo, seja enviada cópia integral do processo licitatório. 5 – Qual a previsão de reposição desse medicamento na Farmácia Municipal?); **42/2021 – Alexandre Valdo Maitan** (Requer as seguintes informações ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, através da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAG, acerca da aplicação de revsol nas localidades de Tijuca, Lambari e Angola: 1 – Por qual motivo a aplicação de revsol na comunidade da Tijuca foi paralisada? 2 – Existe previsão de retorno da aplicação do revsol na Tijuca? Em caso positivo, qual o prazo para retorno e finalização do serviço? 3 – Requer ainda, seja informado se consta também na programação a aplicação do revsol nas comunidades de Lambari e Angola); **39/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira** (Requer as seguintes informações ao Exmo. Secretário Municipal de Obras, Sr. Desil Moreira Henrique: 1 – Queira informar se já foi elaborado projeto para a realização de obras de drenagem e pavimentação das Ruas José Martins e José Reinaldo Rodrigues, no Bairro Agostinho Simonato,



e da Rua Luiz Alves, no Bairro Sumaré, em Cachoeiro de Itapemirim-ES. 2 – Em caso positivo, queira informar o prazo para a realização das obras); **40/2021 – Sebastião Ary Corrêa** (Requer as seguintes informações ao Exmo. Sr. Desil Moreira Henrique, Secretário Municipal de Obras, referente a obra inacabada na Rua Cleber França, próximo à residência nº. 02, no Bairro Independência: 1 – Valor total gasto na obra? 2 – Quanto falta para a conclusão da obra, por que a mesma está paralisada e desde quando? 3 – Qual é empreiteira responsável pela obra e qual valor pago? Favor encaminhar a cópia do contrato); *Votos de Congratulação*: 60/2021 – Alexandre Valdo Maitan; *Requerimento Legislativo*: 05/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior e Sebastião Ary Corrêa (Requer a convocação do Ilmo. Procurador Municipal, Dr. Thiago Bringer, a fim de prestar esclarecimentos sobre a informação veiculada na página “Notícias Cachoeiro” acerca do suposto print em que “deseja a morte de cidadãos que questionam as medidas do Governo Estadual”); **Projetos de Decreto Legislativo**: *Concedendo “Título de Cidadania Cachoeirense”*: 32/2021 – Alexandre Valdo Maitan (À Sra. Renata Carletti Mello), 30/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (Ao Sr. Edivaldo Silva de Souza), 49/2021 – Diogo Pereira Lube (Ao Sr. Otoniel de Aquino Azevedo), 22/2021 – Evandro Miranda (À Sra. Kátia Senra Valdiero Altoé), 19/2021 – Leonardo Cleiton Camargo (À Sra. Édna Vieira Albrigo), 41/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra (Ao Sr. Antônio José Gomes) e 38/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira (À Sra. Mercedes Fávero de Oliveira); *Concedendo “Título de Mulher Cachoeirense”*: 33/2021 – Alexandre Valdo Maitan (À Sra. Polyanna Rabi da Silva Dardengo Glória), 31/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (À Sra. Cecília Silva Lopes), 21/2021 – Evandro Miranda (À Sra. Ednara Pancoto Fernandes Alcântara), 18/2021 – Leonardo Cleiton Camargo (À Sra. Maria da Conceição Teixeira) e 47/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra (À Sra. Cátia Silene Martins Pizetta); *Concedendo “Comenda Maestro Raul Sampaio”*: 27/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (Ao Sr. Roniel dos Santos Cardozo), 23/2021 – Evandro Miranda (Ao Sr. Fabiano Juffu de Oliveira), 20/2021 – Leonardo Cleiton Camargo (À Sra. Aline Oliveira Fontoura), 44/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra (Ao Sr. Luan dos Santos Felipe), 37/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira (À Sra. Edna Maria Cassiano) e 40/2021 – Sandro Dellabella Ferreira (Ao Sr. Jonil Kersu Calixto); *Concedendo “Comenda Ignez Massad Cola”*: 28/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (À Sra. Regina Célia Checon Caetano), 42/2021 – Diogo Pereira Lube (À Sra. Regina de Carvalho Monteiro), 24/2021 – Evandro Miranda (À Sra. Matilde Costa Assad Henriques), 15/2021 – Leonardo Cleiton Camargo (À Sra. Aline Costa de Oliveira Souza), 45/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra (Ao Sr. Júlio Cezar Costa da Silva) e 36/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira (À Sra. Silvana Helena Perin); *Concedendo “Homenagem ao Profissional da Beleza e da Estética”*: 29/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (À Sra. Fernanda Simão Delesposte), 48/2021 – Diogo Pereira Lube (À Sra. Larissa Pires de Almeida), 34/2021 – Evandro Miranda (Ao Sr. Idalecio Luiz Pereira), 17/2021 – Leonardo Cleiton Camargo (Ao Sr. Luiz Fernando de Almeida Mendonça), 43/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra (Ao Sr. Simom Luiz de Oliveira), 50/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira (À Sra. Ivanise Oliveira da Silva Coelho), 39/2021 – Sandro Dellabella Ferreira (À Sra. Cristiane Natália Lopes da Silva) e 35/2021 – Sebastião Ary Corrêa (À Sra. Flávia Aparecida Cunha do Nascimento); *Concedendo “Comenda Ancila Zanol”*: 16/2021 – Leonardo Cleiton Camargo (À Sra. Mirian de Araújo Narciso de Melo) e 46/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra (À Sra. Magézica Ferreira Fraga). / A seguir, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 15/2021 – Evandro Miranda** (Declara a essencialidade para a saúde pública dos serviços de educação física e afins como forma de prevenir doenças físicas e mentais no âmbito do Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES). / **Diogo Pereira Lube**: — Diz que entende a importância da educação física, que previne doenças, como atividade essencial, mas o artigo 2º do projeto fere os decretos e as normatizações estaduais. Pede que o secretário



leia o parecer da procuradoria a esse projeto. / Em seguida, o secretário procedeu a leitura do parecer, conforme solicitado. / **Diogo Pereira Lube:** — Comenta que o parecer da procuradoria fala do artigo 69 da Lei Orgânica do Município, que trata de vícios de iniciativa, ou seja, o que cabe ao Legislativo dentro das competências dos Poderes. Deixa claro que não é contra os profissionais de educação física nem à essencialidade dos seus serviços; porém, não cabe à Câmara propor esse tipo de projeto de lei, que deve ser mediado pelo Poder Executivo e, no momento de crise, referendado pelo decreto estadual. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Informa que viu uma matéria no Jornal Hoje, mostrando que os vereadores de Itabuna, na Bahia, definiram as atividades físicas e religiosas como essenciais, garantindo, assim, o funcionamento desses dois segmentos, com o limite de 30% de ocupação, conforme determina as medidas sanitárias de distanciamento social. Diante disso, diz que é possível que algumas questões sejam revistas nos locais onde as Câmaras Municipais têm a coragem de fazer o enfrentamento da situação. Lembra que o STF é composto por onze ministros e, muitas vezes, cinco entendem determinada questão de uma forma; seis, de outra. Então, salienta que a Câmara de Cachoeiro de Itapemirim deveria aprovar esse projeto. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Menciona que as academias, ao longo de um ano de pandemia, já foram submetidas a uma redução drástica de frequentadores, bastando manter o número de pessoas que hoje utilizam esses serviços. Alerta que, se as academias forem fechadas, possivelmente não retornarão mais, assim como outros segmentos. Analisa que já estão sendo tomadas todas as medidas de higienização dos aparelhos das academias, o que é fácil de fazer, diferente dos supermercados, onde há milhares de produtos e centenas de pessoas tocam os mesmos, sendo quase impossível manter tudo limpo. Conclui que o foco de contaminação do Covid-19 está exatamente naquilo que é essencial, fora outros locais. Diz que o grau de risco de contaminação nas academias é mínimo e, em contrapartida, elas são essenciais para a saúde do corpo e da mente das pessoas. / **Delandi Pereira Macedo:** — Comenta que já é uma prática nas academias a higienização dos aparelhos por parte das pessoas que os utilizam, o que evita a propagação do Coronavírus. Então, diz que a única medida que se deve tomar com relação às academias é evitar a aglomeração. Frisa que, na sua concepção, é desnecessário fechar as academias, sendo um exagero do decreto. Avisa que vai votar a favor desse projeto, porque considera as academias de extrema necessidade, visto que trabalham a saúde e a autoestima das pessoas. / **Evandro Miranda:** — Salienta que o educador físico e o fisioterapeuta são muito importantes para as pessoas que estão se recuperando do Covid-19. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Fala do exagero do decreto que proíbe as academias de funcionarem e a prática de exercícios ao ar livre, cuidados que fortalecem o sistema imunológico e a saúde das pessoas. Então, diz que vai votar a favor desse projeto. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Parabeniza o autor do projeto e registra que foi feita uma pesquisa no Brasil que mostrou que o sedentarismo está matando mais do que o tabagismo; por isso, vai votar a favor dessa proposta. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Ressalta que votará a favor da matéria, porque o exercício físico é bom para todos. Inclusive diz que foi ao médico e que o mesmo lhe recomendou a prática de exercícios em academia. / Posto em votação, o **Projeto de Lei 15/2021**, acima descrito, **foi aprovado** por dezessete votos contra um do plenário. **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Arildo Tomaz Bucker, Delandi Pereira Macedo, Ely Escarpini, Evandro Miranda, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira, Sebastião Ary Corrêa e Sílvio Coelho Neto. **Votou contra:** Diogo Pereira Lube. / **Segue justificativa de voto:** / **Diogo Pereira Lube:** — Justifica o seu voto dizendo que não é contra esse projeto e que considera a academia uma atividade essencial. Comenta que o projeto foi



aprovado na Câmara, mas será derrubado por causa do decreto estadual. Diz que busca fazer uma política dentro da legalidade, inclusive lembra que, na semana passada, votou junto com o Vereador Juninho um projeto baseado na Lei Orgânica do Município e que quer seguir sempre nessa linha. Menciona que no Brasil existe uma diferença entre legalidade, moralidade e justiça. Deixa claro que não acha justo que o comércio e as academias sejam fechados, mas existem leis que devem ser cumpridas; por isso, votou contra o projeto acompanhando o parecer da procuradoria da Câmara. / Na sequência, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 17/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior e todos os vereadores** (Declara que não há qualquer distinção entre atividades econômicas lícitas exercidas no Município de Cachoeiro de Itapemirim em tempos de pandemia viral, e dá outras providências) com Emenda 01/2021 (Aditiva ao artigo 3º), aposta pelo Edil Diogo Pereira Lube, e Emenda 02/2021 (Modificava ao artigo 2º e ao parágrafo único), aposta pelo Vereador Paulo Grola. / **Diogo Pereira Lube:** — Explica que fez uma emenda aditiva ao artigo 1º do projeto, que diz que toda lei tem validade desde que siga as normatizações estadual e federal. Acredita que o comércio é essencial, mas é preciso seguir as normatizações existentes. Menciona que não cabe ao Poder Legislativo Municipal tratar de assuntos que se remetem à União ou ao Estado e que os vereadores poderiam fazer uma indicação sobre esse assunto. Concorde que esse projeto é um ato político para pressionar o governo e mostrar que os vereadores estão preocupados com os comerciantes e educadores físicos, mas todos aqui têm consciência de que essa matéria é ilegal. Inclusive diz que alguns colegas declararam que esse será um voto de protesto. Pergunta se os vereadores estão aqui para discutir ilegalidade ou não. Questiona qual é o exemplo dos vereadores para a sociedade ou se os mesmos querem ser apenas agentes políticos. Salienta que ele, Diogo, será o único a votar contra esse projeto, porque quer seguir o critério da legalidade e que ficará mal diante da população, enquanto os outros vereadores vão ficar bem. Deixa claro que, se esse projeto for aprovado na Câmara, será vetado lá na frente. Ressalta que a sua emenda tem a finalidade de fazer com que essa proposta, que é louvável, não fuja aos decretos e às legalidades das instâncias maiores. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Entende o que foi dito pelo Vereador Diogo a respeito da questão da legalidade. Cita que a emenda do colega diz o seguinte: “Deve ser respeitada qualquer normatização estadual ou federal” e comenta que os decretos também têm limites. Explica que o projeto tem por finalidade mostrar que o limite foi ultrapassado com esse decreto do Estado e que o Município de Cachoeiro de Itapemirim quer legislar sobre algo que até então está legal, mas que extrapola os direitos fundamentais das pessoas como o de trabalhar e o de ir e vir. Analisa que, se o Projeto de Lei 17/2021 for comparado ao que diz a Constituição Federal, ele não é contrário, mas é contra o decreto estadual, que fugiu da normalidade. Salienta que não vê esse projeto totalmente perdido, mas sabe que o TJ pode entrar com uma ação para derrubar a matéria. Entretanto, frisa que a Câmara tem autonomia para legislar, quando entende que o decreto estadual extrapola a normalidade. Por isso, pede aos vereadores que votem a favor do projeto junto com a emenda modificativa apresentada pelo colega Paulo Grola, que visa o respeito de todas as normas sanitárias em defesa da saúde da sociedade. Solicita ainda aos vereadores que rejeitem a emenda do colega Diogo, pois a mesma vai de encontro ao que se propõe o projeto. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pergunta se Vereador Juninho quer que a emenda do colega Diogo seja votada em destaque. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Responde que sim. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Ressalta que a procuradoria deu o mesmo parecer, por vício de iniciativa, para os Projetos de Lei 15 e 17/2021. Lembra que a procuradoria e a Comissão de Constituição deram parecer contrário a um projeto de sua autoria, que tratava sobre assédio no transporte, e que, na ocasião, fez um recurso ao plenário, o que está previsto no Regimento Interno da Câmara. Comenta que respeita a procuradoria da Casa, mas pode divergir



dos seus pareceres. Deixa claro que sempre prima pela coerência em seus votos e encaminhamentos. Salienta que a Câmara é a Casa do Povo e que os vereadores refletem os desejos das pessoas que os elegeram. Registra que muitas pessoas estão preocupadas com a saúde e a lotação dos hospitais durante a pandemia, mas há também aqueles que sofreram com a enchente de janeiro de 2020 e durante o ano tentaram se restabelecer, mesmo com a pandemia. Frisa que são essas pessoas que estão pedindo ajuda aos vereadores e, talvez, não seja esta Casa que vai dar as condições de trabalho que elas estão buscando, mas os edis vão tentando fazer isso. Afirma que os vereadores não serão omissos, mesmo que extrapolem as suas atribuições. / **Delandi Pereira Macedo:** — Comenta que sempre vão ocorrer divergências a respeito de projetos. Diz que o seu voto nesse projeto será de protesto devido a toda essa situação enfrentada pelo Brasil. Inclusive menciona que, quando se fala da área de saúde e da econômica, está se tratando de vidas, sendo preciso buscar o melhor caminho para as pessoas e parar de politicagem, a começar pelo Superior Tribunal Federal. Lamenta que, hoje, no Brasil, foi batido o recorde de mortos pelo Covid-19 e que a maioria dos Estados está em lockdown. Frisa que a atitude da Câmara de Cachoeiro está chamando a atenção de todo o Estado do Espírito Santo para o problema do fechamento do comércio do Município e declara que votará a favor do projeto. / **Adriano Pereira Verediano:** — Diz que os vereadores devem aprovar esse projeto, que dá direito aos comerciantes de trabalharem, porque a Câmara sempre está ao lado do povo e que esse movimento da Casa vai repercutir em todo o Estado do Espírito Santo. Deixa claro que respeita a posição do Vereador Diogo, mas vai votar a favor desse projeto. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Salienta que assistiu uma reportagem falando sobre o aumento da miserabilidade da população brasileira e que as ONG's de vários Estados do Brasil já não estão dando conta de ajudar a tantos que necessitam de cestas básicas para não morrerem de fome, o que também está ocorrendo em Cachoeiro. Comenta que, se o comércio continuar fechado, além das mortes devido ao Covid-19, muitos vão morrer em decorrência da fome. Por isso, diz que votará a favor do projeto do Vereador Juninho. / **Alexandre Valdo Maitan, levantando questão de ordem:** — Alerta que devido ao horário, conforme o parágrafo 1º do artigo 64 do Regimento Interno, o presidente deve prorrogar a Sessão. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Prorroga a Sessão pelo tempo necessário para o término dos trabalhos. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Registra que é inadmissível que, após um ano de pandemia e tantos recursos, o setor de saúde do Sul do Estado esteja em colapso. Afirma que isso ocorreu, porque há apenas cento e vinte e sete vagas de UTI na região para mais de oitocentos mil habitantes, o que demonstra a falta de gestão. Analisa que o comércio, as academias e outras áreas estão sofrendo há muito tempo pelo seu falecimento financeiro. Diz que, a seu ver, o decreto do Governo do Estado não levou em conta as gigantescas dificuldades financeiras que a população está enfrentando e que deveria ser estudada uma forma de os comércios serem mantidos abertos, sendo cumpridos todos os protocolos sanitários. Comenta que os vereadores vão votar a favor desse projeto, porque a Câmara é a voz do povo e acrescenta que este momento de pandemia deveria ser administrado de outra forma. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, levantando questão de ordem:** — Menciona que, se a emenda do Vereador Diogo for aprovada, ela pode fazer com que o projeto recue, porque, assim, deverá ser seguido até um decreto que seja considerado inconstitucional; então, pede aos vereadores que votem contra essa emenda. / **Diogo Pereira Lube:** — Registra que não é contra o projeto, mas para que o mesmo tenha legalidade os vereadores devem aprovar a emenda de sua autoria. / **Sebastião Ary Corrêa, levantando questão de ordem:** — Pergunta se o projeto será votado separado das emendas. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Responde que sim. Diz que primeiro serão votadas as emendas e, depois, o projeto. / Posta em votação, a **Emenda 01/2021**, acima descrita, **foi rejeitada** por dezessete votos contra um do plenário. **Votou a favor:** Diogo



Pereira Lube. **Votaram contra:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Arildo Tomaz Bucker, Delandi Pereira Macedo, Ely Escarpini, Evandro Miranda, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira, Sebastião Ary Corrêa e Sílvio Coelho Neto. / Seguindo, foi colocada **em discussão a Emenda 02/2021** (Modificava ao artigo 2º e ao parágrafo único), aposta pelo Vereador Paulo Grola. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Explica que o Vereador Paulo Grola fez essa emenda, porque entendeu que a redação do projeto poderia ter algum tipo de interpretação contrária e as pessoas, após a aprovação dessa matéria, poderiam sair de casa como se não existisse a pandemia. Deixa claro que não quer o fechamento indiscriminado do comércio, e sim que os estabelecimentos funcionem seguindo os protocolos sanitários. Solicita aos vereadores que votem a favor da emenda. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Sugere que o projeto seja votado junto com a emenda. / **Diogo Pereira Lube:** — Solicita que a emenda seja votada em destaque, porque vai votar a favor dela e contra o projeto. / Posta em votação, **a Emenda 02/2021**, acima descrita, **foi aprovada** por unanimidade dos presentes. / Continuando, **foi aprovado**, por dezessete votos contra um do plenário, **o Projeto de Lei 17/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior e todos os vereadores** (Declara que não há qualquer distinção entre atividades econômicas lícitas exercidas no Município de Cachoeiro de Itapemirim em tempos de pandemia viral, e dá outras providências) com a Emenda 02/2021. **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Arildo Tomaz Bucker, Delandi Pereira Macedo, Ely Escarpini, Evandro Miranda, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira, Sebastião Ary Corrêa e Sílvio Coelho Neto. **Votou contra:** Diogo Pereira Lube. / **Seguem justificativas de voto:** / **Diogo Pereira Lube:** — Diz que considera as atividades econômicas importantes para o Município, mas que é preciso preservar a vida. Cita que na Nova Zelândia, que tem dezoito milhões de habitantes, ocorreram apenas vinte e seis mortes devido ao Covid-19, porque lá houve planejamento, gerenciamento e lockdown, o que não ocorreu no Brasil. Fala da péssima gestão federal e estadual desta pandemia. Acrescenta que a situação só vai melhorar com a vacinação em massa do povo, com a gestão logística, com o bom planejamento e quando os Governos Federal e Estadual passarem a gerir os recursos com seguridade social e isenção. Salaria que, em Cachoeiro, é preciso que seja formada uma comissão com a participação das Secretarias de Saúde e de Desenvolvimento Social, do Fundo Municipal de Saúde, da sociedade civil organizada, das associações e das igrejas para discutir a pandemia do Covid-19 com seriedade. Deixa claro que respeita o posicionamento dos colegas vereadores com relação a esse projeto. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que, como presidente, não vota, mas o seu voto seria a favor desse projeto. Deseja que os projetos votados na Câmara hoje sejam sancionados e se tornem lei para que o comércio e as academias possam ser reabertos de forma adequada aos protocolos sanitários. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Diz que a população quer o vereador ao lado dela e, por isso, votou a favor do projeto. / Prosseguindo, foi aprovado, por unanimidade dos presentes, o pedido para apreciação em **Regime de Urgência** do Projeto de Lei 18/2021 – Poder Executivo (Prorroga o prazo para pagamento de tributos municipais do exercício fiscal de 2021 devido à situação de gravidade da saúde pública, decorrente da pandemia do Coronavírus – Covid-19, e dá outras providências). / **Alexandre Andreza Macedo, levantando questão de ordem:** — Pergunta se é a presidência que acata a convocação do procurador do Município ou é por chamamento interno da parte dos vereadores. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Explica que, devido à pandemia, a Câmara fez um

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



ato e não pode haver convidados nas Sessões, assim, o procurador virá a Casa mais a frente. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Então, diz que a vinda do procurador é um chamamento do vereador que é acatado pelo presidente da Câmara. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, lavrada e assinada por Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas, Redatora de Atas. _____